

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.135 - SP (2018/0309693-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADOS : LUIZ ANTONIO DE AGUIAR MIRANDA - SP093737
SHEILA AGUIAR DE MIRANDA AQUINO E OUTRO(S) - SP159915
AGRAVADO : COMPANHIA BANDEIRANTES DE ARMAZENS GERAIS
ADVOGADO : EDUARDO PENA DE MOURA FRANCA - SP138190
AGRAVADO : GOYAZLOG TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - ME
ADVOGADOS : EDUARDO SILVA TOLEDO PULLIN MIRANDA - GO029880
LEANDRO EDUARDO DA SILVA - GO026974

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por **CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS** contra decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal.

O apelo extremo, a seu turno, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 490, e-STJ):

AÇÃO REGRESSIVA SEGURO CARGA DEPOSITADA EM ARMAZÉM GERAL - PRESCRIÇÃO OPERADA ART. 11 DO DECRETO 1.102/1903 AVARIAS EM SUAS DEPENDÊNCIAS AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE COM A TRANSPORTADORA IMPROCEDÊNCIA QUANTO A ESTA DECRETADA RECURSO IMPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram acolhidos, com efeitos modificativos, para cancelar a fixação de honorários recursais, em acórdão assim ementado (fls. 566, e-STJ):

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - LITISCONSÓRCIO PASSIVO - ATRIBUIÇÃO INDIVIDUAL AO PATRONO DE CADA VENCEDOR - LIMITE ATINGIDO NA ORIGEM - CANCELAMENTO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM EFEITO MODIFICATIVO

Em suas razões de recurso especial (fls. 495/521, e-STJ), a recorrente aponta violação aos arts. 1º e 8º do Decreto-Lei 116/67, 1º, 8º, do Decreto nº 64.387/69; 389, 647 a 652, 733, 756 e 927 do Código Civil, além de dissídio jurisprudencial, sob os seguintes argumentos, em síntese: a) inexistência de prescrição, tendo em vista que a relação jurídica não foi de armazenagem, mas de estadia obrigatória da mercadoria em trânsito aduaneiro, conforme conceitua o Decreto nº 91.030/85, a que se aplica a prescrição anual do Decreto-lei nº 116/67 e Decreto nº 64.387/69; b) "o objeto litigioso desta ação tem origem na responsabilidade de guarda e transporte das mercadorias recebidas e que foram alvo do ato ilícito praticado pelas recorridas, que mantêm responsabilidade solidária entre si"; e c) "a questão que se coloca é a da culpa pelo evento

danoso, e nesse sentido trata-se de culpa grave dos operadores do transporte, neste caso as recorridas, que injustificadamente deram causa às avarias das mercadorias transportadas".

Contrarrazões às fls. 572/583, e-STJ; e às fls. 584/586, e-STJ.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, sob os seguintes fundamentos: a) não ter sido demonstrada a vulneração aos dispositivos legais apontados como violados; b) o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do suporte fático dos autos, atraindo a incidência da Súmula 07 do STJ; e c) no tocante a alínea "c" do art. 105 da Constituição Federal, o recorrente deixou de atender aos requisitos previstos no parágrafo único do art. 541 do CPC/73, e no parágrafo único do art. 255 do RISTJ, eis que os julgados apontados como paradigmas não guardam relação de exata similitude com a hipótese dos autos.

Daí o agravo (fls. 601/620, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a parte insurgente refuta os óbices aplicados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 625/632, e-STJ; e às fls. 634/641, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Cinge-se a pretensão recursal à verificação acerca do cabimento de ação regressiva de ressarcimento por avarias em mercadorias no transporte internacional de carga.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, manteve a sentença de improcedência da ação, entendendo que em relação empresa transportadora ré não ficou demonstrado o nexo de causalidade e quanto à empresa de armazém co-ré operou-se a prescrição, sob a seguinte fundamentação (fls. 490/492, e-STJ):

Bastaria ratificar os fundamentos da decisão recorrida e considerá-los parte integrante do acórdão, como se aqui transcritos, por estarem em perfeita harmonia com o conjunto probatório, nos termos do art. 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de São Paulo, sem que se possa falar em omissão (Resp nº 662.272/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 27.09.07; Resp nº 641.963/ES, Rel. Min. Castro Meira, DJ 21.11.05; Resp nº 592.092/AL, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 17.12.04; Resp nº 265.534/DF, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 01.12.03).

Com efeito, de acordo com o relatório de regulação de sinistro de transporte de carga internacional solicitado pela própria apelante, em vistoria regular, as avarias ocorreram nas dependências do terminal da Companhia Bandeirante de Armazéns Gerais, e não durante o transporte marítimo e rodoviário. Sendo assim, ausente o nexo causal, foi bem reconhecida a improcedência da demanda em face da empresa transportadora.

Quanto à prescrição, o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento de que o prazo prescricional nas ações de indenização contra empresas de armazéns gerais ou contra armazéns gerais alfandegados é de 03 (três) meses, contados do dia em que a mercadoria foi ou deveria ser entregue, consoante o disposto no artigo 11 do Decreto nº 1.102/1903, tendo em vista o princípio da especialidade (REsp 1.624.226- SP, Rel. Min. Raul Araújo, DJe 10.04.2017; REsp nº 1.612.943-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas

Cueva, DJe 27.03.2017; AgRg no REsp nº 1.046.176/TO, Rel. Min. Raul Araújo, DJe 15.05.2016; AgRg no Ag em REsp nº 121.152- SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 03.02.2016; AgRg no REsp nº 1.369.363/RS, Rel. Min. João Otávio Noronha, DJe 01.12.2015; REsp nº 1.373.914/SP, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, DJe 19.03.2015; REsp nº 1.243.915-RS, Rel. min. Castro Meira, DJe 05.08.2013; AgRg no REsp nº 1.186.115/RJ, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJe 27.03.2013; REsp nº 1.229.846-SP, Rel. Min. Massami Uyeda, DJe 05.05.2011; AgRg no REsp nº 797.733/RJ, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJe 11/11/2010; REsp 767.246-RJ, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJe 27.11.2006), decorrido com folga ao ser ajuizado o protesto interruptivo da prescrição depois de decorrido cerca de um ano da entrega da mercadoria para ser transportada ao estabelecimento segurado, momento em que se encerrou a relação jurídica de armazenagem.

Ressalte-se que a corré “Bandeirante” não atuou como operador portuário, mas sim como típico armazém geral. A própria petição inicial assim descreveu o fato, ao consignar que a mercadoria segurada foi entregue para ser armazenada e depois transportada para o destino (fls. 2).

Vê-se, portanto, que a controvérsia foi decidida à luz das peculiaridades da demanda. Eventual reforma do acórdão recorrido, sobretudo na parte relativa ao exame da documentação constante dos autos, demandaria o reexame das provas dos autos, juízo obstado pela Súmula 07/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO. INOVAÇÃO NA CAUSA DE PEDIR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. ROUBO DE CARGA. FORÇA MAIOR. EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE DA TRANSPORTADORA. SÚMULA 83/STJ. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ROUBO E A CONDUTA DO AGRAVADO QUE ADOTOU TODAS AS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS NECESSÁRIAS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal a quo concluiu que a alegação de que o sistema de monitoramento estava desativado no momento do assalto configurava-se inovação da causa de pedir. Não havendo impugnação específica de tal fundamento, incide o óbice da Súmula 283 do STF.

2. O roubo de carga constitui força maior e exclui a responsabilidade da transportadora perante a seguradora do proprietário da mercadoria transportada, quando adotadas todas as cautelas necessárias para o transporte seguro da carga.

3. As instâncias ordinárias entenderam que inexistia nexo causal entre o roubo e a conduta da ora recorrida, porquanto a transportadora adotou todas as medidas acautelatórias necessárias para o transporte seguro da carga. A inversão de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que encontra obstáculo na Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 637.905/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 22/06/2015) (grifou-se)

2. Ademais, no tocante ao reconhecimento da prescrição no caso dos autos,

observa-se que a matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte nos termos do que decidido pelo Tribunal de origem, no sentido de que "o prazo prescricional nas ações de indenização contra empresas de armazéns gerais ou contra armazéns gerais alfandegados é de 03 (três) meses, contados do dia em que a mercadoria foi ou deveria ser entregue".

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS AJUIZADA CONTRA ARMAZÉM GERAL. RETENÇÃO TEMPORÁRIA DE MERCADORIA. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. DECRETO 1.102/1903. PRESCRIÇÃO TRIMESTRAL. PRAZO INICIAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Em razão do princípio da especialidade, o prazo prescricional nas ações de indenização contra armazéns gerais é de três meses (art. 11 do Decreto 1.102/1903). Precedentes.

2. No caso, considerando que o suposto dano teria decorrido da não entrega da mercadoria, o prazo inicial deve ser contado da data em que a mercadoria reclamada deveria ter sido entregue.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1624226/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 21/09/2017)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DESERÇÃO. FALHA NA DIGITALIZAÇÃO. ERRO IMPUTADO AO PROCESSO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. DECRETO N. 1.102/1903. SÚMULA N. 83 DO STJ. APLICABILIDADE DO CDC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE.

INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA N. 7 DO STJ. SUB-ROGAÇÃO DA SEGURADORA. DIREITO DE REGRESSO. SÚMULAS N. 188 DO STF e 7 E 83 DO STJ.

1. O prazo prescricional trimestral previsto no Decreto n. 1.102/1903 para as pretensões indenizatórias apenas se aplica aos armazéns gerais em função do princípio da especialidade, não se estendendo ao terminal portuário.

2. Aplicam-se os óbices previstos nas Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

3. A verificação da suficiência das provas produzidas nos autos a fim de caracterizar cerceamento de defesa ante o julgamento antecipado da lide demanda a revisão do conjunto probatório dos autos. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.

4. A seguradora tem o direito de ajuizar ação regressiva contra o causador do dano, em relação ao montante que efetivamente pagou, até ao limite previsto no contrato de seguro. Incidência da Súmula n. 188 do STF.

5. É inviável rever o entendimento da Corte origem acerca da presença de elementos suficientes para caracterizar o direito de regresso e a sub-rogação da seguradora, visto reclamar a incursão no acervo fático-probatório dos autos.

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1378371/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 29/03/2016)

Destarte, aplica-se a orientação prevista no enunciado 83 deste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

3. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao agravo, majorando os honorários sucumbenciais, com base no art. 85, § 11, do NCPC, em 1% (um por cento) sobre o valor da causa, a ser suportado exclusivamente pela parte recorrente, observadas as regras da gratuidade da justiça.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

